

Foto: Mauro Melo

Governo que fala

EDIÇÃO Nº 4

PT ASSEMBLEIA RS  **PCdoB**

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA

Governo que faz

Foto: Ricarrdo Stuckert

Governo que fala Falta de planejamento agravou efeitos da estiagem no RS

O RS viveu três safras com estiagem em 2021, 2022 e 2023. Além da seca, o regime de chuvas nos últimos anos diminuiu. Os dados meteorológicos já antecipavam o fenômeno e deveriam servir de alerta para uma ação planejada do Governo do Estado. Infelizmente, apesar do discurso de modernização e aparente dinamismo, as preocupações de ordem eleitoral tomam atenção de Eduardo Leite e se sobrepõem às questões que afetam a vida de milhares de gaúchos e gaúchos.

Mesmo sendo um Estado onde 40% do PIB vem da atividade agrícola, as medidas adotadas pelo Governo Leite foram insuficientes e promulgadas sempre depois dos eventos climáticos. Somente em fevereiro de 2022, depois de grande prejuízo para os agricultores, o Executivo anunciou a execução de micro-açudes nos municípios afetados. Além de ineficazes, chegaram tarde demais.

Ainda em 2022, no final de março, a Defesa Civil do Estado, registrou um total de 356 municípios em Situação de Emergência Homologada pelo Estado. O RS tem 497 cidades, portanto, aproximadamente 78% foram severamente afetados. O programa de micro-açudes chegou em somente 250 destes municípios.



Foto: Mauro Melo

Política de Estado Mínimo prejudica atendimento ao agro gaúcho

O deputado Zé Nunes, que coordenou uma Comissão Externa da Assembleia Legislativa instalada no início de março de 2023, em seu relatório, afirmou que as instituições do clima alertaram para a probabilidade do fenômeno La Niña, que era alta. “Mesmo assim, faltou adoção de ações para diminuir e se antecipar aos impactos. Isso deve ser um aprendizado: os governos devem investir em ferramentas de gestão visando diminuir impactos. Governos devem agir para proteger a população e a economia.”

O problema da estiagem e da redução do regime de chuvas não se resolve apenas abrindo poços artesianos ou micro-açudes. É preciso uma gestão dos recursos hídricos. Atualmente são apenas 30 servidores do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (DRHS/Sema). Além do DHRS, estes servidores também atendem aos Comitês de Bacias Hidrográficas, fazendo o trabalho que deveria ser prestado por Agências que ainda não foram implementadas no Estado. A Sema, hoje, depende de empresas contratadas para a montagem, operação e aperfeiçoamento dos bancos de dados e de informações hidrometeorológicas.



Foto: Joaquim Moura

Deputado Zé Nunes na entrega do Relatório da Comissão Externa

Leite aposta no marketing para esconder fracasso do Governo no combate à estiagem

Incluir a palavra irrigação ao nome da Secretaria de Agricultura não resolveu a inoperância do Governo Leite ao enfrentar o problema da estiagem. Na véspera da Expointer 2023, o governador colocou em prática uma nova estratégia de marketing: relançar o mesmo programa, 20 meses após o anúncio original. Trata-se do velho-novo programa Supera Estiagem. No material de divulgação e no discurso do governador Eduardo Leite, no dia 10 de agosto de 2023, ele voltou a anunciar o projeto de irrigação para 1.350 produtores rurais que poderão acessar financiamentos com uma subvenção de até R\$ 15 mil.



CRISE DA PROTEÍNA ANIMAL



Deputados Pepe Vargas e Miguel Rossetto cobram soluções dos representantes do Governo Leite

A produção gaúcha de frangos de corte é a terceira maior do país, contribuindo consideravelmente com a economia do estado e do Brasil. Segundo a Associação Avícola do RS, são cerca de 30 frigoríficos que atuam no estado, gerando emprego e renda para aproximadamente 7.500 famílias de produtores e mais de 35 mil empregos diretos, além de 500 mil atividades indiretas.

O governo Leite retirou créditos presumidos do setor desde 2021 desconsiderando o potencial da produção gaúcha. A cooperativa Languirú fechou, a Piá e a Santa Clara passam por enormes dificuldades, além de muitas empresas privadas que encerraram suas atividades e frigoríficos que faliram. A ausência de iniciativas do Governo do Estado resultou numa brutal redução desta atividade e ameaça colapsar por completo o setor.

A partir da pressão dos deputados Zé Nunes, Pepe Vargas e Miguel Rossetto, o Governo Leite criou um grupo de trabalho para tratar do tema. Mesmo assim, houve demora na definição de um plano de trabalho. Pepe e Rossetto chegaram

a propor aos bancos BRDE, Badesul e Banrisul que apresentem uma proposta de um programa de crédito que reduza as taxas de juros para as agroindústrias do setor da proteína animal.

Os deputados do PT cobraram a revisão das questões tributárias, incluindo o Fator de Ajuste de Fruição (FAF), que retira benefícios, onera aquisições de insumos utilizados, além da redução do custo do frete. Depois de muita pressão, o Governo Leite recuou e aceitou suspender o FAF, pelo menos, até o final de 2023.

Ao mesmo tempo, a Bancada do PT apresentou um Projeto de Lei 221/2023, que autoriza a concessão de incentivos às atividades agroindustriais de proteína animal no Estado. O texto pretende estabelecer um prazo de concessão dos incentivos de dois anos, podendo ser renovado por igual período. As agroindústrias de cooperativas, familiares e de pequeno porte terão prioridade na concessão dos incentivos fiscais e demais benefícios.

CRISE DO LEITE

Entre 2015 e 2022, houve uma queda de 52% no número de produtores de leite e 44 mil famílias deixaram a atividade.

No passado recente, graças a mobilização de produtores, empresários e instituições públicas, o RS criou o Instituto Gaúcho do Leite, um programa estadual de estímulo a produção (Prodeleite), além de um fundo específico para a cadeia produtiva leiteira (Fundoleite). Todas iniciativas deixadas de lado nos governos Sartori e Leite.

Com a alta dos combustíveis, dos fertilizantes e demais insumos para o setor agrícola, durante o governo Bolsonaro, houve grande perda de competitividade. O setor leiteiro do RS já não consegue disputar mercado com as importações do Mercosul. Para o deputado Zé Nunes, que reuniu em audiência pública na Comissão de Agricultura da Assembleia, no

início de agosto de 2023, representantes dos produtores, da indústria e dos governos estadual e federal, está claro que a crise só se resolve com políticas públicas orientadas para proteger a cadeia leiteira gaúcha. Entre as medidas necessárias estão a aquisição de leite pelo Estado e pela Conab; a defesa das cotas de Importação até o final de 2023; a ampliação do crédito público para empresas que não importem leite; a constituição de programas de qualificação da atividade de leite, em nível federal e estadual; a desoneração de equipamentos para a atividade leiteira bem como renegociação de dívidas; cotas de importação por seis meses com uma média dos últimos três anos, com vistas a uma saída menos drástica e que reservaria relação com a Argentina, protegendo a cadeia leiteira brasileira.



Foto: Joaquim Moura

Leite: sem política para a agricultura familiar

Um dos primeiros estados do Brasil a instituir um Plano Safra próprio em 2011, por iniciativa do governador Tarso Genro, os agricultores gaúchos viram a medida durar até o governo seguinte. Mas o plano não sobreviveu à lógica reducionista e à falta de planejamento estratégico dos governos de Eduardo Leite. Sem uma política agrícola clara, ainda na pandemia, Leite chegou a gastar R\$ 23,9 milhões em um único atacado, na compra de alimentos destinados às famílias de estudantes da rede estadual, sem a merenda escolar durante o isolamento.



Foto: SEDUC

Governo que faz

Recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Uma das primeiras medidas do Governo Lula e seu espírito de união e reconstrução do país, foi a recriação do MDA, agora, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. A estrutura veio reforçada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Cesasa Minas) e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), além da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com o acréscimo das estatais vinculadas à pasta, as bases para a elaboração de uma Política de Abastecimento Alimentar foram estabelecidas.

O MDA é essencial para assegurar, de um lado, o aumento da produção de alimentos com garantia de oferta e comercialização por famílias de agricultores e pecuaristas familiares, bem como a redução de preços para o consumidor, especialmente para a população de baixa renda que vive nas grandes cidades.

Somados ao PAA, o reajuste do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o estabelecimento do mínimo de 30% dos recursos das compras públicas da agricultura familiar resultam num conjunto de medidas que totalizam, somente nos 100 primeiros dias de governo, R\$ 4 bilhões à disposição da agricultura familiar. Sem contar o aumento do valor destinado às aquisições da agricultura familiar pelo Programa Selo Biocombustível Social.

O MDA também criou o Programa de Organização Produtiva e Econômica para Mulheres Rurais, com o lançamento de chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para as mulheres agricultoras no valor de R\$50 milhões. Ainda para fortalecer a produção das mulheres, a medida provisória que regulamenta o PAA estabeleceu o mínimo de 50% de projetos de mulheres.



Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, aproveitou a 20ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico em Viamão, no início de março, para anunciar a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal. A medida faz parte da retomada das políticas públicas de valorização da alimentação saudável e da agricultura familiar.

O PAA foi criado durante o primeiro governo Lula em 2003, para estimular o consumo da produção do setor, principalmente por meio de compras feitas por órgãos públicos. Além disso, o PAA garante segurança alimen-

tar e estoques públicos para prevenir a inflação descontrolada de alimentos, assim como evitar eventual escassez de algum recurso devido a tragédias climáticas, cada vez mais frequentes. Portanto, trata-se de uma iniciativa estratégica.

Já são R\$ 500 milhões para garantir a compra de alimentos da agricultura familiar. Para se ter ideia da falta de prioridade, o governo anterior havia programado apenas R\$ 2,6 milhões para esta ação em 2023.

Lula lança o maior plano safra da história do Brasil

O Governo Lula não só retomou o Plano Safra, como fez dois, um para a agricultura empresarial, de médios e grandes produtores, conduzido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e outro para a Agricultura Familiar, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Juntos, os dois planos somam R\$ 441,8 bilhões em investimentos e linhas de crédito subsidiadas.

O total de recursos anunciados para financiamento de médios e grandes produtores foi de R\$ 364,22 bilhões. O valor teve um aumento de 26,8% em relação ao anterior, que foi de R\$ 287,16 bilhões. O Plano, agora, enfatiza a sustentabilidade e a descarbonização da produção agropecuária, com incentivo para o fortalecimento dos sistemas de produção sustentáveis. Aumentou o volume de crédito para construção e ampliação de armazéns e para irrigação.

No plano da agricultura familiar, foram destinados R\$ 77,6

bilhões, deste montante R\$ 71,6 bilhões destinados ao crédito rural, via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um volume 34% maior em relação à safra passada. Além de crédito de custeio e investimentos, o Plano Safra 2023/2024 da Agricultura Familiar contempla ainda compras públicas, assistência técnica e extensão rural, política de garantia de preços mínimos para produtos da biodiversidade, a Garantia-Safra e o Proagro Mais.

Para o custeio da produção de alimentos como arroz, feijão, mandioca, leite e ovos, a taxa de juros foi reduzida de 5% para 4% ao ano. Da mesma forma, o Proagro Mais terá redução de alíquota em 50% para a produção de alimentos. No caso da produção orgânica de alimentos, os incentivos serão maiores, os juros serão de 3% ao ano no custeio e 4% ao ano no investimento.



Foto: Ricardo Stuckert

CICLONE - Ministros do Governo Lula atuaram imediatamente após a ocorrência do fenômeno

O RS sofreu o impacto de dois ciclones extratropicais em junho e julho de 2023, que levaram à morte de 18 pessoas, feriram 246, desabrigando 4.567 e afetando a vida de mais de 10 milhões de gaúchos e gaúchas. Um dia depois do primeiro evento, os ministros da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes e da Secretária de Comunicação Social, Paulo Pimenta, já estavam sobrevoando os municípios mais afetados para conhecer a extensão dos danos. O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto determinou a entrega de 4 mil cestas básicas aos afetados. Na semana seguinte, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, encaminhou o pagamento adiantado do Bolsa Família para os 58 municípios com reconhecimento formal do decreto de situação de emergência. Uma ação da Receita Federal doou mais de 63 mil itens apreendidos para Defesa Civil do RS, incluindo calçados, roupas, cobertores e utensílios de cozinha.

O deputado Adão Pretto, que propôs e coordenou uma

Comissão de Representação Externa da Assembleia para acompanhar a situação dos municípios afetados pelos fenômenos extremos, recomendou em seu relatório que o Governo do Estado, utilize estudo do próprio Departamento de Planejamento Governamental, vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Deplan/SPGG), denominado: "Desastres Naturais no RS: estudo sobre as ocorrências no período 2003 - 2021" para prever e planejar ações de proteção a população e mitigação das perdas econômicas e materiais.

Enquanto o governo passado deixou apenas R\$ 25 mil para o combate a desastres naturais no orçamento de 2023, o Governo Lula ampliou, através da PEC da Transição, o valor para R\$ 1,17 bilhões. O Governo Federal ainda apresentou a Medida Provisória (MP) 1.180 que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 280 milhões para suplementar ações de Proteção e Defesa Civil.

Os deputados Adão Pretto e Jeferson Fernandes na Comissão que acompanhou situação dos municípios afetados pelos ciclones



Foto: Joaquim Moura

Fortalecimento da Conab

A retomada da formação de estoques públicos de alimentos, através do fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), agora presidida pelo gaúcho Edegar Pretto, marca o início de uma política regulatória que garante ao mesmo tempo, a viabilidade da produção da agricultura familiar, afasta do risco de escassez de itens e garante a média de preço dos alimentos. No início de agosto, o ministro do MDA, Paulo Teixeira anunciou a destinação de R\$ 100 milhões para a compra de leite. A medida vem em boa hora, especial-

mente para o RS, onde a ausência de políticas públicas e as importações do Mercosul, ameaçam a continuidade da cadeia produtiva do leite.

Outra medida que vem em boa hora para o setor da proteína animal no RS é o anúncio que a Conab também fará a aquisição de 200 mil toneladas de milho para garantir o auxílio aos pequenos criadores que utilizam o produto na ração animal, por meio de vendas diretas a preços compatíveis aos do mercado atacadista de sua região.



Foto: Joaquim Moura

O ministro Paulo Teixeira em Viamão acompanhado do presidente da Conab, Edegar Pretto, anunciou a volta do PAA

Ampliação da extensão rural

Os planos safra 2023/2024, além de recursos disponibilizados, linhas de crédito e garantia de escoamento e aquisição da produção, nas ações desenvolvidas em parceria entre Ministérios, vai ampliar o fomento produtivo rural, que é uma ação executada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Com-

bate à Fome (MDS). São R\$ 20 milhões para assistência técnica e extensão rural em agroecologia e que se articula com o programa Bolsa Verde, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e do Fomento Produtivo Rural, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).



Foto: mds.gov.br

Legislativo gaúcho destinou R\$ 20 milhões de recursos próprios para agricultura familiar

O recurso de R\$ 20 milhões da Assembleia Legislativa do RS, destinado no final do ano passado para ações de combate à fome no Rio Grande do Sul, será aplicado 100% em compras de alimentos de cooperativas e empreendedores da agricultura familiar sediadas RS. A iniciativa é do deputado Valdeci Oliveira, que coordena o Movimento Rio Grande Contra a Fome e era presidente do Parlamento gaúcho na época em que a verba do Legislativo estadual foi repassada ao Fundo Estadual de Assistência Social. O recurso será utilizado na compra de cestas básicas junto às cooperativas de agricultores familiares do estado, através de chamada pública e posteriormente distribuídas para todas as regiões do Estado, por meio de orga-

nizações da sociedade civil, reconhecidas dentro do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado. A previsão é que perto de 76 mil cestas alimentares, cada uma pesando 22 quilos, possam ser adquiridas e repassadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social pelas equipes da Secretaria Estadual de Assistência Social. “Logo que assinamos o repasse dos R\$ 20 milhões da Assembleia para o Fundo Estadual de Assistência Social, nós defendemos que esse recurso, parcial ou integralmente, contemple a agricultura familiar, que é o setor que coloca comida na mesa das pessoas. Com isso, ao mesmo tempo, vamos fortalecer o combate à fome no Rio Grande do Sul e ainda incentivar um segmento essencial para a nossa economia”, afirmou Valdeci.



Foto: Christiano Ercolani/ALRS

Proposta do deputado Valdeci garantiu R\$ 20 milhões da Assembleia Legislativa para compras da agricultura familiar



Assembleia
Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul



Adão Preto

Jeferson Fernandes

Laura Sito

Leonel Radde

Luiz F. Mainardi

Miguel Rossetto

Pepe Vargas

Stela Farias

Sofia Cavedon

Valdeci Oliveira

Zé Nunes

Bruna Rodrigues

Expediente: Federação Brasil da Esperança

Líder da Bancada: **Luiz Fernando Mainardi** | Vice-líder da Bancada PT: **Miguel Rossetto**

Líder Partidário PT: **Jeferson Fernandes** | Vice-líder Partidário PT: **Adão Preto** | Líder Partidária PCdoB: **Bruna Rodrigues**

Projeto gráfico, diagramação, fotos e textos: Assessoria Técnica da Bancada do PT na Assembleia Legislativa/RS

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 101/506 | Porto Alegre-RS | Fones: (51)3210-2913
(Bancada) e (51)3210-1123 (Imprensa) | E-mail: bancadaptsul@gmail.com | <http://ptassembleiars.org.br/>



/ptassembleiars



@ptassembleiars



@ptassembleiars



PT Assembleia RS